

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE  
ASSUNTOS SOCIAIS

# RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 2/XIII – “ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2024-2028”, N.º 3/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 4/XIII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”

MAIO DE 2024



## INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 3 de maio de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024-2028”, n.º 3/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e n.º 4/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”**.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 30 de abril de 2024, com data-limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Especializada Permanente de Economia até ao dia 07 de maio de 2024.

## CAPÍTULO I

### ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, a matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.



**CAPÍTULO II**  
**PROCESSO DE ANÁLISE**

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Apoio à família e às migrações;
- Apoio a idosos;
- Atividade desportiva profissional e não profissional;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Cultura;
- Educação;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Juventude;
- Pobreza e exclusão social;
- Prevenção e combate às dependências;
- Promoção da infância;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Saúde e desporto escolar;
- Saúde pública e comunitária;
- Serviço Regional de Saúde;
- Solidariedade e segurança social.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2024 inicia-se o novo ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2024-2028. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional dos Açores durante o ano de 2024.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2024, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2024

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
<b>2 - Relações externas, ciência e comunicações</b>	<b>25.519.597</b>	<b>25.519.597</b>	<b>0</b>
<b>2.3 - Sistemas de informação e infraestruturas de suporte</b>	<b>5.489.351</b>	<b>5.489.351</b>	<b>0</b>
<b>2.4 - Cibersegurança e segurança da informação</b>	<b>580.199</b>	<b>580.199</b>	<b>0</b>
<b>2.5 - Transição Digital</b>	<b>5.830.882</b>	<b>5.830.882</b>	<b>0</b>
<b>2.8 - Apoiar e Dinamizar a Comunidade Regional de Ciência, Investigação e Inovação</b>	<b>3.653.000</b>	<b>3.653.000</b>	<b>0</b>
<b>2.9 - Alavancar o Desenvolvimento Regional com base na RIS3, em projetos Europeus de I&amp;I e em Fundos Comunitários</b>	<b>1.645.000</b>	<b>1.645.000</b>	<b>0</b>
<b>2.10 - Reforçar a formação avançada e incentivar o Desenvolvimento tripolar e digital da Universidade dos Açores</b>	<b>1.835.000</b>	<b>1.835.000</b>	<b>0</b>
<b>2.11 - Fomentar o Desenvolvimento Regional através da cooperação económica e do investimento externo</b>	<b>875.000</b>	<b>875.000</b>	<b>0</b>



<b>4 – Diáspora e Media</b>	<b>3.386.465</b>	<b>3.386.465</b>	<b>0</b>
<b>4.2 - Emigrado e Regressado</b>	<b>92.539</b>	<b>92.539</b>	<b>0</b>
<b>4.3 - Identidade cultural e Açorianidade</b>	<b>365.683</b>	<b>365.683</b>	<b>0</b>
<b>4.4 - Imigrado e interculturalidade</b>	<b>81.778</b>	<b>81.778</b>	<b>0</b>
<b>4.5 - Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica</b>	<b>1.776.736</b>	<b>1.776.736</b>	<b>0</b>
<b>5 - Educação e dinâmica cultural e Desporto</b>	<b>53.944.335</b>	<b>53.944.335</b>	<b>0</b>
<b>6 - Promoção da saúde e economia social</b>	<b>90.092.371</b>	<b>90.092.371</b>	<b>0</b>
<b>10 – Juventude, Habitação e Emprego</b>	<b>116.204.275</b>	<b>50.987.109</b>	<b>65.217.166</b>
<b>10.1 – Juventude</b>	<b>2.575.240</b>	<b>2.575.240</b>	<b>0</b>
<b>10.5 - Transição Digital, Energética e Ações de Promoção</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000</b>	<b>0</b>

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 9) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 9.25 – SRECD – Construções Escolares;
- b) 9.26 – SRECD – Reparação das Instalações;
- c) 9.27 - SRECD – Instalações Desportivas;
- d) 9.28 – SRSSS – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 9.29 – SRSSS – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 9.33 – VPGR – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;
- g) 9.34 - SRECD – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural;



### **DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:**

O Vice-Presidente do Governo Regional começou por fazer uma apresentação das áreas que estão sob a sua alçada naquilo que são propostas de investimento para o ano de 2024.

Neste sentido, deu nota que a Vice-Presidência do Governo apresenta no seu global um orçamento de 25 milhões de euros, sendo que, 8 milhões são para a ciência, inovação e desenvolvimento, que significa um aumento de 10% relativamente a 2023.

No que toca a investimento previsto ao longo dos próximos três anos, o Vice-Presidente deu conhecimento que existirão cerca de 9 milhões de euros previstos no Açores2030 que em breve está operacional. De seguida, o Vice-Presidente enumerou alguns dos projetos previstos no plano e orçamento de 2024 relativamente à ciência e inovação.

Na área de investigação e inovação serão lançados novos concursos para apoio às ciências sociais e humanas, com tópicos de investigação multidisciplinares em áreas que são definidas no âmbito do concurso a lançar, sendo que estarão ligadas, por exemplo, à pobreza, à educação e ao crescimento económico. Acrescentou também o lançamento do concurso para apoio ao pagamento de propinas a alunos de doutoramento residentes na Região Autónoma dos Açores. O apoio à Universidade dos Açores e a tripolaridade é de 950 mil euros.

Feita a explanação por parte do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, foi aberta uma primeira ronda de perguntas, tendo pedido a palavra o deputado Russell Sousa (PS) que, de forma sucinta, pediu ao Vice-Presidente para esclarecer relativamente à meta do governo regional para o investimento na ciência. De forma mais específica, tendo em conta que o RIS3 é um plano de desenvolvimento regional através de investimentos em áreas chaves para a nossa região, desde a agricultura ao turismo, perguntou, como será alocado o valor cabimentado no plano anual regional aos diferentes setores previstos.

De forma a esclarecer a questão do deputado, o Vice-Presidente salientou que serão lançados novos concursos em diversas áreas, estando dependentes as áreas do número de candidaturas feitas aos programas.

Usando do direito a réplica, o deputado Russell Sousa (PS) reiterou a questão inicial, que estratégia o governo tem para a ciência? Tendo o Vice-Presidente explanado alguns dos programas previstos no plano anual regional de 2024, as bolsas de doutoramento em contexto empresarial, um investimento no sistema científico tecnológico dos Açores, entre outros programas.

Finalizando a primeira ronda de perguntas, foi aberta a segunda ronda de questões, na qual, inscreveu-se o deputado José Miguel Toste (PS), questionando o vice-presidente sobre que áreas são prioridade para o governo no âmbito da ciência.



O Vice-Presidente esclareceu dizendo que todas as áreas que estão previstas no RIS3 são prioridade para o governo.

### **DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:**

A Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto iniciou a sua intervenção salientando que o plano apresentado segue as mesmas linhas gerais do plano apresentado em novembro de 2023, tendo a Secretaria supramencionada uma verba global no valor de 54 milhões de euros.

Passou a explanar de forma sucinta as 3 áreas que tutela, a Educação, Cultura e Desporto. No que respeita à educação, esta apresenta um plano de investimentos na ordem dos 34 milhões de euros, representando um aumento de 5 milhões em comparação com o plano proposto em 2023.

A ação social escolar continua a representar a maior fatia do plano de investimentos na área da educação, quase metade do plano é para apoiar as famílias mantendo o forte vínculo social deste plano. Cerca de 16 milhões de euros são destinados a esta ação do plano, o que representa um aumento de 23% relativamente ao ano de 2023.

Passando à área da cultura para 2024, temos um plano de investimentos de mais de 7 milhões de euros. São reforçados os apoios aos agentes culturais e a preservação do património baleeiro. Já no que respeita à área do desporto nesta proposta para 2024, constata-se um aumento de mais de 2 milhões de euros. Para além disso, esta proposta de plano para 2024 apresenta um aumento de quase meio milhão de euros para a gestão, funcionamento e reabilitação das instalações desportivas do parque desportivo da região.

Feita a explanação do plano de investimentos para o ano de 2024, abriu-se a primeira ronda de perguntas, tendo pedido a palavra o deputado António Lima (BE), questionando a Secretária Regional numa primeira fase sobre a recorrente inscrição de medidas que se repetem ano após ano, sem qualquer tipo de concretização, enumerando algumas das medidas, tais como a requalificação da EBI Lagoa, o Liceu Antero de Quental, entre outras escolas, salientando que o Governo não se pode esconder atrás do chumbo do orçamento.

Uma segunda fase da questão do deputado António Lima (BE) prende-se com uma dúvida relativamente aos cursos profij nível 4, questionando a senhora secretária sobre o porquê de existirem escolas não autorizadas a abrir cursos de nível 4, por imposição da tutela.

De seguida tomou a palavra a Secretária Regional para responder às questões levantadas pelo deputado do Bloco de Esquerda, refutando o comentário sobre a falta de investimento em obras públicas no setor da educação na nossa região, deixando claro que várias das escolas mencionadas pelo deputado já foram ou estão a ser alvo de intervenção, explicando, sumariamente algumas



obras ou procedimentos já decorridos. Relembrou que houve um investimento no Liceu Antero de Quental que já havia sido detalhadamente explicado na legislatura anterior e que para a EBI de Lagoa a tramitação formal para as obras já está em curso.

Relativamente à segunda parte da questão do deputado António Lima (BE), a nível de profij nível 4, a educação sempre fez e terá sempre de fazer uma avaliação do sistema educativo, da procura e capacidade de oferta nos múltiplos sistemas educativos de ensino, sendo de extrema importância que o ensino profissional seja de qualidade. Finalizada a resposta, o deputado António Lima usou do direito de réplica, iniciando por dizer que nunca disse que não foram feitos investimentos nas escolas públicas, reconhecendo inclusive a escassa mão de obra no setor da construção civil, dificultando algumas das intervenções previstas pelo governo.

No entanto, reiterou que existem algumas verbas inscritas que já se encontram inscritas há alguns anos sem qualquer tipo de concretização, aludindo à retórica da herança deixada pelo Partido Socialista, dando nota que estes não estão a deixar uma herança muito melhor. Ainda na continuidade da sua réplica, realçou que existem ilhas onde só existe uma escola pública e que esta deve garantir as opções adequadas aos alunos, quer seja pela via profissional ou não.

Em jeito de esclarecimento, e refutando as declarações de inação do Governo, a Secretária Regional explicou que têm existido muitos constrangimentos na execução de obras, sendo que muitos concursos ficam desertos e têm de ser revistos.

No que toca à oferta formativa, a governante explicou que nas ilhas onde só há escolas públicas do ensino regular, também é possível administrar ensino na via profissionalizante, sendo feito um trabalho de acompanhamento pela tutela.

De seguida pediu a palavra o deputado Lúcio Rodrigues (PS), que começou a sua intervenção por dizer que no final do ano estaremos a discutir a execução financeira do plano proposto, deixando nota também que a gestão em duodécimos tem possibilitado o pagamento a muitos clubes, instituições e escolas. Após o seu enquadramento, o deputado colocou três questões uma referente à criação de incentivos à fixação de professores na RAA, outra sobre o que pensa fazer a Secretária Regional relativamente à falta de funcionários nas escolas, desde psicólogos a assistentes operacionais, e, por fim, uma relativa à área do desporto.

O deputado realçou a importância do desporto e do mesmo estar de novo na tutela da educação, deixando uma pergunta relativamente aos contratos programa para o ano de 2024 se serão assinados no ano, efetivamente, de 2024, tendo em conta que as épocas estão praticamente no fim e se iniciarão em setembro.

A governante, no que respeita aos incentivos à fixação dos docentes, começou por elencar uma série de incentivos que dizem respeito à atratividade da profissão docente junto, em especial, dos mais jovens, para poder atrair-los para poderem fazer formação profissional inicial no âmbito da





docência e fixarem se na região. Elencou também as várias alterações que foram feitas na estrutura da própria carreira para tornar a profissão mais atrativa.

Já no que respeita à questão dos funcionários das escolas, deu nota que entraram em quadro 582 profissionais, dos quais 74 técnicos superiores. Relativamente ao desporto, segundo o conhecimento da Secretária Regional, os contratos programa foram sempre celebrados por ano civil e no início do ano civil, tendo sido já alertada para a importância de uma alteração desta calendarização dos pagamentos dos contratos programa.

Fazendo uso da réplica, o deputado Lúcio Rodrigues (PS) sublinhou que os contratos programa foram assinados muito mais tarde do que o previsto.

No mesmo sentido, a Secretária Regional Sofia Ribeiro usou também do seu direito a réplica, salientando que os apoios aos clubes, associações e federações são atribuídos no âmbito do contrato programa, reconhecendo que efetivamente os contratos programas foram assinados mais tarde, mas fruto das eleições em fevereiro.

No seguimento da primeira ronda, pediu a palavra a deputada Hélia Cardoso (CH) questionando a Secretária Regional relativamente ao porquê da ação apoio social representar 31% do total orçamentado para a tutela. A deputada do CHEGA perguntou também como é definido o orçamento corrente das escolas.

Em resposta a Secretária Regional frisou que os apoios sociais constituem sem dúvida a maior fatia do plano da educação, sendo que, na sua maioria figuram de imperativos legais, tais como o fornecimento de refeições e os transportes escolares. No mesmo sentido, a governante esclareceu que os orçamentos correntes das escolas são sempre feitos tendo em consideração a evolução e o estado concreto da situação da escola naquele próprio ano e, portanto, aquilo que a tutela faz é uma avaliação do histórico em termos orçamentais, mas também por atualização ao número de alunos que está em evolução e às situações que vão aparecendo e também a própria especificidade dos alunos.

Fazendo uso da réplica, a deputada Hélia Cardoso (CH) questionou o porquê da EBI da Ribeira Grande ter tido uma redução do orçamento de 1 milhão de 2023 para o orçamento de 2022, sendo que depois, em 2024, sobe a dotação em 740 mil euros. Respondendo à réplica da deputada Hélia Cardoso (CH) a Secretária Regional esclareceu que nas dotações é necessário ter em atenção a abertura de concursos para a aquisição de serviços, no caso em específico, transportes e refeições, sendo que, existem adaptações e previsões.

De seguida pediu a palavra a deputada Délia Melo (PSD) que questionou a governante a razão da ação 5.3.2 ter sofrido um reforço muito significativo relativamente ao ano transato. De forma a esclarecer a questão colocada pela deputada Délia Melo (PSD) a Secretária Regional deu conhecimento que a tutela passou a integrar na educação inclusiva os apoios alunos cujo nível de



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

deficiência exige uma atenção permanente que não poderia ser concedido exclusivamente pelo docente em sala de aula, pelo que há recursos humanos específicos alocados aos mesmos.

A deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) pediu para intervir, questionando a Secretária Regional Sofia Ribeiro sobre o estado do projeto da Escola do Topo, bem como a situação do pavilhão da Escola da Calheta, que muitas vezes fruto da humidade torna a prática desportiva impossível.

Respondendo às questões levantadas, a Secretária Regional referiu que relativamente à Escola do Topo já existe um estudo prévio e que este já está em apreciação por parte das Obras Públicas, no que toca ao pavilhão da Escola da Calheta investiu-se em desumidificadores de forma a procurar uma solução para o problema, no entanto, em breve será feito um investimento a nível das caixas de ar do pavilhão, de forma a solucionar o problema da humidade.

Tendo sido finalizada a primeira ronda de questões, deu-se início à segunda ronda, onde as perguntas são agrupadas pelos vários grupos e representações parlamentares, deixando para o fim das questões a resposta da Senhora Secretária.

Neste seguimento, inscreveram-se a deputada Marta Matos (PS) e o deputado António Lima (BE). A deputada do Partido Socialista salientou a fraca execução orçamental da tutela ligada à cultura, tendo sido apenas executado 55% do orçamento previsto. Dito isto, a deputada Marta Matos (PS) questionou por que razão não foram feitos atempadamente os pagamentos dos apoios às atividades culturais de 2023 e quanto do montante inscrito no plano de investimentos para 2024 se refere ao apoio às atividades de relevante interesse cultural e se destina ao pagamento dos apoios 2023.

Já o deputado António Lima (BE) frisou que tem existido uma ausência de política cultural na região, reforçando também que os atrasos aos pagamentos à atividade cultural estrangulam os agentes culturais. Neste sentido, questionou a Secretária Regional se a mesma pode garantir que os pagamentos serão feitos a tempo e horas.

De forma a finalizar a segunda ronda de questões, tomou a palavra a Secretária Regional, respondendo às questões em conjunto, salientando que os pagamentos estão todos efetuados, não havendo pagamentos por regularizar nos apoios culturais. Deixou igualmente a garantia que ainda este mês de maio irão começar a ser atribuídos os apoios de 2024.

Numa terceira ronda de questões, inscreveu-se o deputado Lúcio Rodrigues (PS) que levantou uma questão referente ao valor cabimentado para os botes baleeiros, e se a Secretária Regional pode garantir que este valor não será desviado para outros programas, tendo sido informado que os botes baleeiros terão a verba prevista na sua totalidade.

### **DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO:**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego iniciou a sua intervenção afirmando que o Governo na área da juventude prevê investir 2,5 milhões, distribuídos por 5 grandes ações reiterando que o investimento regional para este ano consolida uma estratégia de capacitação transversal aos açorianos e de criação de condições favoráveis à estabilidade social e profissional, em linha com as opções aprovadas no programa do décimo quarto governo e com a estratégia europeia 2019 – 2027, que ambiciona preparar uma juventude mais capacitada, mais sustentável, mais empreendedora.

Prosseguindo a sua intervenção inicial destacou reforço das verbas para a juventude em todas as suas ações, principalmente nas ações participação e associativismo; integração socioprofissional e empreendedorismo; criatividade, inclusão e literacia; ação de mobilidade juvenil e por fim, ação de retenção de talento jovem – pacote + Jovem. No âmbito da última ação, a Secretária Regional frisou que o governo está em condições de avançar com a medida de pagamento de duas viagens áreas por ano letivo aos estudantes da RAA que estejam a frequentar o ensino superior deslocados da sua ilha de origem.

A governante ainda deu nota que este é o primeiro orçamento que reflete os ganhos para as ações juvenis na região, fixados em sede do sistema de incentivos ao desenvolvimento da atividade associativa jovem. Por fim, no âmbito da ação Criatividade, Inclusão e Literacia, a Secretária Regional garantiu que após a aprovação do plano e orçamento de 2024 o governo irá avançar para a regulamentação do programa jovens digitais e da Medida Cheque Livro, que estará regulamentada até ao final de maio.

Aberta a primeira ronda de perguntas, a deputada Hélia Cardoso (CH) pediu a palavra para questionar sobre o funcionamento de algumas das ações previstas no Plano Anual de 2024, tais como os apoios ao associativismo e a Academia Empreendedora.

Em resposta, a Secretária Regional explicou como funcionam as ações supramencionadas pela deputada Hélia Cardoso (CH), esclarecendo que são medidas de promoção de participação juvenil e uma cidadania bastante ativa, frisando que tanto pode ser no âmbito de associações juvenis, mas também envolve o plano regional para a literacia e participação democrática jovem, que é um plano que está a ser liderado pela Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego. Relativamente à Academia Empreendedora, esta agrega jovens dos diferentes níveis de ensino no qual o objetivo é capacitar os jovens para a inovação.

Seguidamente, o deputado Russell Sousa (PS), agradeceu a explicação dada pela Governante relativamente às ações referentes à juventude, no entanto, este fez questão de frisar que embora o associativismo seja de elevada importância para o futuro da democracia, lembrou que a juventude açoriana também necessita de respostas na Habitação e Emprego. Nesta sequência,



questionou quando é que se pode esperar por parte da Tutela uma simbiose que responda às necessidades dos jovens no âmbito do emprego e habitação.

A Secretária Regional Maria João Carreiro salientou a importância da questão, lembrando que o grande desafio para fixar e reter talento está na criação de emprego, bem como a criação de condições habitacionais. A governante deu nota que o governo está a trabalhar na alteração de dois diplomas direcionados para a habitação de forma que os jovens possam estar incluídos nestes diplomas. Relativamente à questão do emprego, falou na medida Contratar, uma medida que não só promove a criação de vínculos laborais estáveis, mas também majora em função da ilha de residência, dando primazia às ilhas com menor capacidade financeira de fixar os jovens.

Em jeito de conclusão a Secretária Regional lembrou que este programa inova através do pacote + jovem, através de um apoio ao pagamento das propinas, a devolução do IRS, 2 passagens aéreas e o cheque livro.

Considerando que a Senhora Secretária não respondeu à questão colocada, o deputado Russell Sousa (PS) questionou de novo que sinergias existiram nas tutelas, Juventude, Habitação e Emprego na construção do Plano e Orçamento de 2024, aproveitou também para reiterar que não está claro no pacote + Jovem se os estudantes açorianos que estudam na Universidade dos Açores também estão incluídos no pacote.

A Secretária Regional lembrou que já tinha respondido à questão, passando a enumerar de novo a sua resposta, aproveitando para realçar mais algumas medidas relativas à mobilidade juvenil e de empreendedorismo como forma de cativar os jovens a almejarem a criação do seu próprio negócio como mecanismo de fixação dos mesmos nas suas ilhas.

De seguida, pediu a palavra a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), começou por enaltecer a criação do pacote + jovem, dizendo que é um programa que promove a fixação dos jovens nas nossas ilhas, sendo este um dos maiores desafios da nossa região. Dito isto, a deputada questionou a Senhora Secretária se este pacote engloba os estudantes açorianos que se deslocam para estudar em outra ilha que não a sua de residência se estão abrangidos por este programa. Questionou igualmente a previsão de implementação do pacote + jovem.

Em resposta, a Secretária Regional esclareceu que o governo está em condições de avançar com o pagamento das duas passagens aéreas em junho do ano corrente, dando nota que todos os jovens açorianos que estejam a estudar nos Açores e se encontrem deslocados da sua ilha de residência também estão abrangidos pela medida em questão.

Continuando os trabalhos da comissão, pediu a palavra o deputado Luís Raposo (PSD), que começou por congratular e desejar os melhores sucessos à Sra. Secretária Regional, sublinhando que o seu sucesso na tutela em discussão, será o sucesso da juventude açoriana. Ainda, aproveitou para deixar claro a capacidade de resposta a todas as questões que lhe foram colocadas tanto na



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Sociais, bem como na Comissão de Política Geral. Também aproveitou para destacar o reforço financeiro de quase todas as ações previstas no plano, valorizando o percurso do atual governo em políticas de juventude, que visam a retenção de talento jovem nos Açores, sublinhando que este orçamento já não está onerado com as dívidas deixadas pelo Partido Socialista às Pousadas de Juventude dos Açores. O deputado Luís Raposo salientou que este orçamento tem um novo regime de políticas de juventude para dar ainda mais respostas à juventude açoriana e que o Plano Regional para a Participação e Literacia Democrática, construído por muitos jovens da Região, vai ser uma oportunidade aproximar a juventude das instituições democráticas e autonómicas. No seguimento da sua intervenção inicial o deputado questionou quando estaria operacionalizado o Cheque Livro.

A Governante deu nota que o cheque livro já está a ser regulamento, prevendo a sua operacionalização no mês de junho, sendo que, as duas passagens áreas do pacote + jovem também estarão operacionais ainda no mês de junho.

Fazendo uso da república, o deputado Luís Raposo (PSD) voltou a questionar se o Cheque Livro estaria operacional ainda em maio ou até final do ano, ao qual a Senhora Secretária respondeu que já estão a regulamentar o Cheque Livro e que apenas carecia da aprovação do plano e orçamento.

De seguida, pediu a palavra o deputado António Lima (BE) lembrando que nos Açores existe uma baixa percentagem de pessoas qualificadas, sendo importante que exista um conjunto de políticas que aposte na redução de custos no acesso ao ensino superior. Dito isto, questionou relativamente às duas viagens áreas, no sentido de aferir se os estudantes que auferiram o apoio da medida em questão se estariam obrigados a fixarem-se durante 5 anos na região.

De forma a esclarecer, a Secretária Regional Maria João Carreiro lembrou que o pacote + jovem será implementado na sua generalidade de forma gradual, dando nota que não há obrigatoriedade de o jovem fixar-se nos Açores se este usufruir da medida de gratuidade de 2 passagens áreas.

Usando do direito de réplica, o deputado António Lima (BE) lembrou que a devolução de IRS não é uma competência do Governo Regional ficando com dúvidas de como isto seria regulamentado, questionou igualmente como é que funciona a obrigatoriedade de o jovem se fixar durante 5 anos na região após a conclusão dos estudos.

Em resposta a governante destacou que não há interligação na gratuidade das passagens com a obrigatoriedade de o jovem se fixar na região, salientando que esta obrigatoriedade só se cinge caso exista a devolução do pagamento das propinas e do IRS.

Aberta uma segunda ronda de questões, onde as questões são agrupadas pelos diversos partidos, sendo a última a responder a Senhora Secretária Regional. Pediu a palavra o deputado Russell Sousa (PS) de forma a ver esclarecida uma questão sobre o pacote + jovem, citando o Plano



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Regional “devolução de propinas aos jovens que tendo estudado fora dos Açores, fixam a sua atividade nos Açores.” Questionou se os estudantes que estudaram nos Açores estão excluídos dessa devolução de IRS e propinas? De seguida, o deputado José Miguel Toste (PS) questionou como será implementado o limite máximo do preço da passagem aérea ao estudante no ato da compra, se não existe nenhum mecanismo que o torne possível atualmente, e que segundo o governo não é algo fácil de concretizar.

No seguimento da segunda ronda de perguntas, a deputada Hélia Cardoso (CH) questionou qual é o objetivo do Cheque Livro.

Não tendo havido mais questões na segunda ronda, tomou a palavra a Senhora Secretária, esclarecendo que o pacote + jovem está previsto no programa do governo e que sendo uma medida do programa do governo é uma medida que está prevista ser aplicada a 4 anos, não sendo possível aplicar a medida de uma só vez, realçando que o governo se encontra em condições de avançar o mais rápido possível com o pagamento das duas passagens aéreas ainda este ano letivo. No que toca à devolução do IRS, está a ser estudado um modelo que permita a devolução do IRS, tal como existe na Região Autónoma da Madeira.

De seguida, o deputado José Miguel Toste (PS) na terceira ronda de questões, levantou uma questão relativamente à operacionalização do Pacote + Jovem, fazendo questão de realçar que este pacote transparecia a ideia de estar consolidado e pronto a ser apresentado aos jovens na sua íntegra, no entanto, este será um pacote que será apresentado em vários espaços temporais distintos ao longo dos 4 anos de governação.

Para responder e concluir os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais, tomou a palavra a Senhora Secretária Regional Maria João Carreiro. Relembrou que este pacote será operacionalizado ao longo da legislatura tal como está previsto no programa de governo, e que atualmente, estão em condições de avançar com o Cheque Livro e com o pagamento das duas passagens aéreas.

### **DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL:**

A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social iniciou a sua intervenção referindo que o foco do atual governo regional está nas pessoas. A este propósito deu nota que é necessário continuar a delinear estratégias para reforçar a capacidade dos grupos e indivíduos mais vulneráveis, bem como das famílias que enfrentam, maiores dificuldades.

Após esta introdução, a Secretária Regional começou por referir os seguintes artigos normativos do orçamento, artigo 60º, que diz respeito à gratuidade das creches, artigo 62º que se refere ao



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

abono de família e artigo 63º referente ao cheque pequenino e por fim o artigo 67º que diz respeito ao Compamid, dando nota que o governo pretende majorar em 5% este apoio.

Prosseguindo com a sua explanação, a governante indicou outras áreas onde o Governo pretende investir, tal como as áreas da Infância e da Juventude, com um investimento previsto de 2,4 Milhões de euros, tendo destacado a Creche de Santo António em Ponta Delgada, com um valor de investimento previsto de 1,8 milhões de euros. Deu nota igualmente da construção do edifício intergeracional na freguesia da Feteira que se encontra na segunda fase. A nível de apoio a públicos com necessidades especiais estão cabimentados cerca de 5 milhões de euros, dando especial atenção ao lar residencial da kavivo.

Relativamente aos investimentos previstos nas áreas da igualdade, inclusão social e combate à pobreza, destacou o valor previsto de investimentos na ordem dos 30 milhões. De forma sucinta a Secretária Regional Mónica Seidi elencou as ações que considera mais pertinentes: apoio ao pagamento das propinas que já alcançou 1100 alunos, bem como a importância de reforçar as competências profissionais e sociais das famílias mais vulneráveis; atribuição de bolsas de estudo (que já apoiam cerca de 450 alunos num investimento total superior a 1,2 milhões de euros); alargamento do programa Nascer Mais a todos os concelhos dos Açores, num investimento superior a 2 milhões; lançamento de um novo concurso, no mês de junho, para abertura de vagas, para o programa Novos Idosos, bem como alterar a portaria atual de forma a dar uma melhor resposta às necessidades apresentadas;

Relativamente ao plano regional para a inclusão social e cidadania, que vem substituir a atual estratégia regional para o combate à pobreza e inclusão social, deu nota de que este será trabalhado pelos vários departamentos do governo de forma a dar uma resposta mais ampla, sendo posteriormente colocado em discussão pública. Ainda neste seguimento, a governante referiu ainda que, no âmbito das dependências serão investidos cerca de 2,8 milhões de euros, reconhecendo que é possível fazer melhor, mas reconhecendo também o trabalho feito de quem está no terreno.

Ainda nesta área, serão criadas duas equipas de prevenção em articulação com as equipas já existentes na Ilha da São Miguel. Serão investidos 46 mil euros na formação dos técnicos que estão no terreno. A nível da redução de riscos e minimização de danos, informou ser para continuar a aposta no programa troca de seringas, nas equipas de rua que já funcionam no Concelho de Ribeira Grande e no Concelho de Ponta Delgada, cuja adição de 2 clínicos na área da psiquiatria e de infeciologia tem sido bastante satisfatória, uma vez que há um acompanhamento muito mais próximo com este público-alvo.

A governante ainda deu nota que ao nível do tratamento, o governo irá manter os protocolos com as comunidades terapêuticas.



Ressalvando que não basta abrir uma comunidade terapêutica, acrescentou que o programa plano de tratamento é individualizado para cada toxicodependente. Isso não quer dizer que o facto de existir uma comunidade terapêutica, ela possa ser abrangente para todos os toxicodependentes, salientado que cada toxicodependente tem o seu próprio plano individualizado.

Por fim, na área da saúde a Secretária Regional reforçou que esta é uma área de extrema importância para o governo regional, quer a nível das carreiras dos profissionais de saúde, quer a nível da melhoria da acessibilidade que é dada aos utentes do serviço regional de saúde. A nível do articulado destacou os artigos que dizem respeito à regularização extraordinária dos contratos covid e valorização da carreira especial médica. No que toca na carreira de enfermagem, a transição para a carreira de enfermeiro gestor, as contabilizações adequadas dos pontos para os enfermeiros especialistas no escalão intermédio e que necessitam de uma recontabilização para que não percam pontos e possam ser colocados no seu respetivo nível de carreira.

A nível de projetos no âmbito do PRR, houve um aumento, nomeadamente o projeto Musa, e a nível da tele saúde, relativamente às novas ações e para terminar, a governante apontou algumas das ações. Em relação às câmaras hiperbáricas, foi estabelecido um contrato a 5 anos com o fornecedor para a manutenção anual da Câmara hiperbárica da Horta e de São Miguel. Uma nova ação identificada pela Secretária Regional como significativa, tratou-se da aquisição do aparelho de estimulação magnética transcraniana no âmbito da doença de Machado Joseph e que também poderá ser aplicada noutras patologias, dando nota que esta é uma terapia inovadora que não é feita de forma comum ainda a nível continental. Não tem um efeito curativo, mas tem o efeito de aliviar os sintomas.

De forma a concluir a sua exposição inicial, a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social deu nota que, relativamente ao centro de saúde da Ribeira Grande não foi possível ainda concluir a sua aquisição, atendendo ao contexto que se vive.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra o deputado José Miguel Toste (PS), elencando a importância das áreas em debate na comissão de Assuntos Sociais e questionando a Secretária Regional, se já está prevista alguma mudança estratégica no âmbito da implementação deste plano regional proposto de modo que as taxas de execução sejam taxas de execução condignas com aquela que foi a execução, por exemplo, em 2022 ou em 2021, na ordem dos 80%, e atualmente rondam os 60%. Para que em 2024 não estejamos aqui novamente a discutir que por cada 100 EUR previstos no Plano, 40 EUR não são executados.

A governante deu nota que não está satisfeita com a execução, dizendo que gostaria sempre de executar o máximo do plano previsto, no entanto, referiu que a sua preocupação é que efetivamente este plano e orçamento de 2024, com a atuação e com os compromissos do governo,





consigam dar uma melhoria muito significativa aos utentes do serviço regional de saúde. Deu nota igualmente que há dificuldades e que nunca disse o contrário-e sabendo que há sempre margem a melhorar.

Em réplica o deputado José Miguel Toste (PS), reafirmou a fraca taxa de execução do plano e orçamento no ano de 2023 e levantou outras preocupações, nomeadamente com o aumento das listas de espera nos últimos 10 meses, reiterando que não está em causa o número de utentes em lista de espera, mas sim, o tempo médio de espera por parte dos utentes. Outra preocupação levantada prendeu-se com a fraca execução do PRR, dando nota que esta não é uma preocupação exclusiva do PS, mas também do CESA e por fim, o deputado do PS realçou o aumento exponencial da dívida a fornecedores na Saúde.

A responsável pela pasta da Saúde iniciou a sua resposta relembrando que as dívidas a fornecedores não são de agora. Relativamente ao PRR, a governante disse que aos poucos estão a conseguir alcançar os marcos de execução, dando exemplos de alguns dos projetos em andamento. Por fim, no que toca ao aumento das listas de espera e do tempo médio de espera, a Secretária Regional deu a conhecer que no âmbito de consultas, o número de consultas externas realizadas está a aumentar, o número de exames de imagiologia está a aumentar, realçando que nunca houve tantas cirurgias como atualmente.

De seguida pediu a palavra a deputada Hélia Cardoso (CH), questionando a governante sobre as áreas de abrangência de três mecanismos de combate às listas de espera, o Vale Saúde, o Cirurge e o Cheque Saúde. Aproveitou igualmente, para questionar sobre a ação 6.5.2 “Estratégia e Plano para implementar o enfermeiro de família” dando nota que a deputada do CH tinha ideia de que esta medida já estava em funcionamento.

Ainda no seguimento da sua questão, a deputada Hélia Cardoso (CH) questionou sobre a ação 6.4.10. “Serviço Regional de Saúde – Inventariação de necessidades dos Recursos Humanos” dando nota que a saúde é uma área muito dinâmica a nível de recursos humanos, expressando a sua opinião de que talvez fosse necessária outra solução, no entanto, aguarda pela resposta da governante. Em jeito de conclusão, a deputada do CH questionou a Secretária Regional Mónica Seidi que plano existe por parte do governo para reduzir despesas na área da saúde?

A governante iniciou a sua resposta explicando os 3 mecanismos que existem para combater as listas de espera, o Cirurge já todos conhecem, funciona a nível de especialidades cirúrgicas, hospitalares. O Vale saúde também diz respeito à atividade cirúrgica. O cheque saúde pretende ser diferenciado. Em relação ao projeto enfermeiro de família a governante explicou que este projeto não está operacional ainda. A implementação do enfermeiro de família ocorre a nível nacional, não a nível da região.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Relativamente à questão da ação 6.4.10. “Serviço Regional de Saúde – Inventariação de necessidades dos Recursos Humanos a governante esclareceu que não estamos a falar de uma plataforma tipo sigrhara, mas sim do objetivo de perspetivar o serviço regional de saúde a nível das suas carências e das suas necessidades. De recursos humanos, portanto, não é uma plataforma informática, é perceber com base naquilo que é a naquilo que é o número de habitantes em cada uma das ilhas e nos 3 hospitais que rácios nós precisamos nas diferentes profissões e até do ponto de vista médico, das diferentes especialidades para conseguir assegurar os pelo menos os serviços ou as especialidades que atualmente já funcionam. O mesmo também para enfermeiros e para outros técnicos.

Por fim, relativamente aos custos da tutela, a governante disse que efetivamente a região não é uma região rica, cabendo à tutela perceber onde é que se podem evitar gastos.

Usando do direito a réplica, a deputada Hélia Cardoso (CH) para clarificação “o Ciruge é feito por médicos que se deslocam aos hospitais do SRS para executar cirurgias, certo?” no seguimento desta questão, em tom de opinião, a deputada do CH deu nota que compreende que a massa salarial ocupe cerca de 40 e 45% do da estrutura de custos do SRS, acreditando que as centrais de compras têm os seus benefícios, mas são nas convenções e nas subcontratações que, havendo margem para se fazer poupanças.

De forma a esclarecer, a governante em relação ao cirurge, deu nota de que é feita por “médicos do Serviço Regional de saúde e a própria legislação criada neste âmbito, não restringe que possa ser feito por médicos que não tenham vínculo laboral, portanto, há especialidades que vêm à região a fazer outro tipo de tarefas. Portanto, não vem só a região fazer cirurgia. Não vai fazer outro tipo de tarefas, quer sejam consultas, quer sejam serviço de urgência. E se for uma especialidade carenciada, a possibilidade se assim entenderem, de fazer cirurgia.”

No seguimento da primeira ronda, solicitou a palavra a deputada Salomé Matos (PSD) numa que primeira intervenção congratulou o Governo Regional pela decisão de juntar a área da saúde e área social numa só Secretaria, sendo algo positivo para a Região face aos mais recentes dados demográficos conhecidos. Numa segunda nota, a deputada do PSD reafirmou a satisfação do GP do PSD pela credibilidade que a explanação da Sra. Secretária lhe merecia e realçou que a execução de mais de 60% das verbas previstas é um feito positivo, tendo em conta que anteriormente a tutela tinha outras áreas na sua alçada, interferindo no cálculo do valor médio. Aproveitou igualmente para dar conta de que as propostas no plano vão de encontro às necessidades da população açoriana, tendo inclusive pareceres favoráveis dos parceiros no setor.

Após um enquadramento inicial, a deputada Salomé Matos (PSD) questionou a Secretária Regional sobre que medidas no plano poderão combater o abandono de profissionais de saúde da região. Ainda no seguimento, a deputada do PSD colocou uma segunda questão referente às taxas de



execução e sobre o facto de alguns destes projetos serem plurianuais se não poderão também condicionar uma leitura enviesada daquilo que são as taxas de execução anuais?”.

A governante deu nota de que este governo regional decidiu fazer uma aposta clara naquilo que são as carreiras dos profissionais de saúde, desde a regulação dos contratos Covid à contabilização do tempo dos enfermeiros. De forma sintética a governante deu conta que o estado da Saúde anteriormente aos governos de coligação era degradante, desde um valor astronómico em dívida à desmotivação dos profissionais de saúde.

De seguida pediu a palavra o deputado António Lima (BE), que iniciou a sua intervenção dando nota que o discurso do Governo relativamente à herança deixada pelo Partido Socialista está a ficar desajustado e não serve de desculpa para as falhas governativas do governo atual. Neste seguimento, o deputado do BE questionou a Secretária Regional relativamente à dívida de 194 milhões de euros, dando nota que a Secretária Regional deu conhecimento que já tinha liquidado 25 milhões desta dívida, no entanto, a dívida continuou a crescer.

Numa segunda nota, o deputado do BE questionou a governante relativamente ao sistema de incentivos, realçando que este sistema de incentivos não funciona para fixar os profissionais de saúde. O deputado António Lima (BE) também questionou sobre o porquê de não haver um regime de dedicação plena ao SRS.

De forma a concluir a sua intervenção, o deputado do BE questionou quando estarão em funcionamento os incentivos aos enfermeiros na região, não deixando de lembrar também que o investimento do Hospital Digital está atrasado, segundo os dados publicados no site do governo. De forma a esclarecer as questões levantadas, tomou a palavra a Secretária Regional, começando por dizer que o governo não é contra um regime de dedicação exclusiva, no entanto, que este tem de ser estudado com calma. Na questão relativamente aos incentivos aos enfermeiros, estes estão a ser trabalhados juntamente com os sindicatos, que à posteriori será discutida na comissão de assuntos sociais. Por fim, o que releva à questão da dívida, foram transferidos 1 milhão e 650 mil para a unidade de saúde da Ilha Terceira, para São Miguel, 4 milhões, para o Pico 1 milhão, sendo que o restante valor foi distribuído pelos hospitais da região.

Usando do direito à réplica, o deputado do BE começando pelo fim, deu nota que os valores apresentados pela governante no que toca ao pagamento da dívida não se aproximam dos 25 milhões. No seguimento da resposta da Secretária Regional, o deputado António Lima lembrou que o BE já apresentou uma proposta para a Dedicação Plena na Assembleia da República. Por fim, o deputado do BE questionou sobre uma possível previsão sobre a regularização da carreira de técnico auxiliar de saúde.

No seguimento da réplica do deputado do António Lima (BE), tomou a palavra a Secretária Regional Mónica Seidi, dando conhecimento de que o governo reuniu com o sindicato no dia 17



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

de abril, estando a fazer diligências relativamente à regularização da carreira em questão. Aproveitou igualmente para dar nota de que o governo no espaço de um ano conseguiu alcançar bons marcos no projeto do Hospital Digital.

Ainda na primeira ronda, pediu a palavra a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), após um enquadramento inicial onde referiu que a dívida e o estado de muitas infraestruturas no setor da saúde deixado pelo Partido Socialista é uma herança que condiciona o trabalho do atual governo. Aproveitou igualmente esta intervenção inicial para dar nota de que mesmo assim o governo de coligação realizou investimento na área da saúde com vista à melhoria aos cuidados da saúde e na resposta aos utentes. E a verdade é que, por exemplo o tempo médio de espera por uma cirurgia, atualmente tem sido de 383 dias em 2022 e 390 dias em 2023, tempos estes mesmo assim, e não é que estejamos satisfeitos, abaixo dos 476 dias e 466 dias de 2018 e 2019, respetivamente.

Neste seguimento, a deputada do CDS-PP questionou no que concerne à fixação dos médicos, se entende o governo regional que este sistema de incentivos deverá ser revisto ou melhorado.

No seguimento da questão levantada pela deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), a Secretária Regional respondeu dando nota que existe um decreto regulamentar regional que diz respeito aos incentivos a atribuir a médicos que vem para a região pela primeira vez. Todavia, é do entendimento da governante que o sistema de incentivos poderá ser sempre melhorado.

Tendo concluído a primeira ronda de questões, foi aberta uma segunda ronda, onde se inscreveram os deputados José Miguel Toste (PS), Nídia Inácio (PSD) e António Lima (BE). Neste seguimento, as questões são colocadas todas de uma vez, sendo que, no final das questões a Secretária Regional responde a todas de uma só vez.

Sendo assim, o deputado do PS questionou relativamente a dois artigos previstos no orçamento, o 10º e o 12º. Já o deputado do BE mencionou que existir a gratuitidade de creche, sem vagas não serve aos açorianos, neste sentido, questionou a Secretária Regional quanto ao número de vagas que irão ser abertas com este orçamento, o deputado António Lima (BE) questionou igualmente quantos beneficiários do complemento regional de pensão chamado cheque pequenino é que se encontram no primeiro escalão.

Ainda na segunda ronda, a deputada Nídia Inácio questionou a governante relativamente à medida de continuidade de renovação do parque de viaturas das IPPS. No seguimento das questões colocadas pelos deputados, a Secretária Regional tomou a palavra para responder em bloco.

Relativamente às creches, a governante deu nota de que a medida da gratuitidade das mesmas é inovadora, sendo que, estão a ser trabalhados novos critérios de forma a dar melhor resposta às necessidades de vagas. No que toca ao número de beneficiários do complemento regional de



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

pensão no primeiro escalão, rondam os 2 mil. Ainda neste seguimento a governante deu nota que é para continuar com a renovação do parque de viaturas das IPPS, tendo sido já entregues 47 novas viaturas.

Por fim, para responder às questões levantadas pelo deputado José Miguel Toste, a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social deu conhecimento que ambos artigos farão parte da regularização no âmbito dos contratos covid.

Terminada a segunda ronda, abriu-se a terceira ronda de questões, na qual se inscreveu a deputada Dora Valadão (PS).

De forma sucinta a deputada do PS levantou 3 questões à Secretária Regional, a primeira foi de forma a aferir quando é que o Plano Regional para a Inclusão e Cidadania estará operacional, ainda neste seguimento, foi levantada a questão sobre a inclusão de todas as ilhas no programa mais idosos, por fim, a deputada Dora Valadão questionou sobre a aquisição do aparelho de estimulação para combater a doença Machado Joseph, para que ilha é que o equipamento iria e que resultados já se obtiveram com o aparelho.

Neste seguimento, a Secretária Regional deu nota que o aparelho será colocado na ilha de São Miguel onde já existe uma equipa especializada para trabalhar com o equipamento em questão, realçando que o equipamento não cura a doença, mas ajuda a dar mais qualidade de vida aos utentes. Relativamente ao programa novos idosos a governante respondeu da seguinte forma “É efetivamente um programa transformista que o Governo vai dar, obviamente continuidade. Já está prevista a abertura de concurso no próximo mês de junho para salvo erro 175 vagas. E aquilo que a Senhora deputada referiu é também a nossa intenção. Vamos começar a priorizar os concelhos, onde a resposta em ERP e tem sido mais pragmática desde já concelho de Ponta Delgada”

Por fim, a Secretária Regional Mónica Seidi deu conta que o Plano Regional para a Inclusão e Cidadania foi entregue à tutela em fevereiro e será alvo de análise interna por parte do governo antes de ser levado a conselho de governo.

### CAPÍTULO III

#### SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

**O Grupo Parlamentar do PSD** emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção**, com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH emitiu parecer de **abstenção**, com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do BE, sem direito a voto, não emitiu parecer.

A Representação Parlamentar do PAN, sem direito a voto, não emitiu parecer.

### CAPÍTULO III

### CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do CH, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024-2028”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do CH, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”;
- 3) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do CH, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ponta Delgada, 6 de maio de 2024.

O Relator

(Russell Sousa)

O presente relatório foi aprovado por **unanimidade**.

A Presidente

(Sandra Costa Dias)